

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.132 - SC (2019/0296156-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : ALBANI BERGAMINI NASS E OUTRO**  
**ADVOGADOS : ALBANI BERGAMINI - SC032973**  
**NATALI CARDOSO DE LIMA - SC052134**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : SOLANGE AMANCIO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de SOLANGE AMANCIO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 0018173-85.2018.8.24.0038).

Consta dos autos ter sido concedida à paciente, durante o cumprimento da pena que lhe foi imposta pela prática do crime de homicídio qualificado, a prisão domiciliar, com fulcro no art. 117, III, da Lei de Execução Penal.

Irresignado, o Ministério Público Estadual ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem dado provimento ao agravo em execução nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 309):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO RECORRIDA QUE CONCEDEU O BENEFÍCIO DA PRISÃO DOMICILIAR. HIPÓTESE DO ART. 117, INC. III, DA LEP (FILHO MENOR DE 12 ANOS). APENADA RECOLHIDA EM REGIME FECHADO POR CONDENAÇÃO DEFINITIVA PELO COMETIMENTO DE HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO (DE VÍTIMA DE 14 ANOS DE IDADE). AUSÊNCIA NOS AUTOS DE PROVA ACERCA DA IMPRESCINDIBILIDADE DA PRESENÇA DA AGRAVADA. ESTUDOS SOCIAIS QUE DEMONSTRARAM AS BOAS CONDIÇÕES DA CRIANÇA, QUE SE ENCONTRA SOB OS CUIDADOS DA AVÓ MATERNA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE SITUAÇÃO EXCEPCIONAL A JUSTIFICAR A MEDIDA NO CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

No presente *writ*, sustentam os impetrantes que a jurisprudência desta Casa autoriza "a concessão de prisão domiciliar mesmo em execução provisória da pena, não se podendo descurar, ademais, que a prisão domiciliar é instituto previsto tanto no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, para substituir a prisão preventiva de mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, quanto no art. 117, inciso III, da

# Superior Tribunal de Justiça

Lei de Execuções Penais, que se refere à execução provisória ou definitiva da pena, para condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental" (e-STJ fl. 9).

Aduzem que "outro fato que motivou o indeferimento da prisão domiciliar é a gravidade do delito praticado pelo qual a paciente foi condenada, em que pese tratar-se de crime hediondo, o crime não foi praticado contra seu filho fato que realmente ensejaria ao indeferimento da prisão domiciliar. Ainda, o fato de o filho menor da paciente estar sendo cuidado pela avó materna não deve ser utilizado como argumento idôneo para o indeferimento da prisão domiciliar, pois os cuidados de uma mãe são imprescindíveis ao crescimento saudável de sua prole" (e-STJ fl. 9).

Pontuam que a mãe da paciente é pessoa idosa e, portanto, também necessita de cuidados, consoante apontado no relatório social.

Alegam que a paciente está gestante e "que a Unidade prisional onde a paciente cumpre sua pena trata-se do Presídio Regional de Joinville, onde conforme relatório acostado ao presente *habeas corpus*, há mistura de presas condenadas de diversos regimes de cumprimento de pena e até presas provisórias. Em segundo lugar, a unidade alega que existe condições de manter a paciente em ambiente de cárcere, todavia, os familiares arcam com as despesas de exames médicos conforme notas fiscais em anexo e por diversas vezes a paciente não foi escoltada para atendimento médico conforme o próprio prontuário médico consigna, ou seja, a unidade assim demonstra falta de estrutura para mantê-la" (e-STJ fls. 10/11).

Invocam o *habeas corpus* coletivo proferido pelo Supremo Tribunal Federal.

Buscam, inclusive liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor da paciente ou lhe seja concedida a prisão domiciliar.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no

# *Superior Tribunal de Justiça*

ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, sobretudo porque, ao menos nessa etapa preliminar, tem-se por justificada a negativa da prisão domiciliar, já que, em síntese, extrai-se do acórdão o seguinte (e-STJ fls. 318/319):

Por fim, além de não restar suficientemente demonstrado nos autos a imprescindibilidade da reeducanda aos cuidados de seu filho menor (que se encontra aos cuidados da avó), a agravada foi condenada pelo cometimento de homicídio qualificado consumado (de menor, de 14 anos de idade), restando prematuro o retorno à sociedade quando sequer preencheu os requisitos objetivos e subjetivos para progressão ao regime semiaberto.

Lembremos que a agravada foi condenada porque, segundo a denúncia:

No dia 3 de março de 2016, as denunciadas Aline Ribeiro e Solange Amâncio planejaram o assassinato da vítima Carolaine.

Foi então que a denunciada Solange Amâncio, sabendo da intenção homicida de Aline Ribeiro, forneceu-lhe o revólver marca Taurus, n. 2098370, calibre .38, municiado, e a levou, a bordo da motocicleta Honda/CG 125, placa MMK 6819, até a Rua Ângelo Sotopietra, em frente ao Mercado Springer, n. 328, Bairro Boehmerwald, Joinville, evadindo-se do local em seguida.

Tão logo chegou ao local, a denunciada Aline Ribeiro travou uma discussão com a vítima Carolaine Pinheiro Passo, que contava com 14 anos de idade e, impelida de manifesto animus necandi, efetuou-lhe um disparo de arma de fogo contra a cabeça, provocando-lhe as lesões positivadas no Laudo Pericial de págs. 118/121, que determinaram a sua morte.

O móvel propulsor do crime foi fútil, porquanto, a denunciada Aline não aceitava o relacionamento do seu ex-marido Fábio Guilherme Laureano, vulgo "Pequeno", com a vítima Carolaine, motivação esta compartilhada com a denunciada Solange.

O crime foi cometido com emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, porquanto, conforme planejado pelas denunciadas, Aline efetuou o disparo repentinamente, quando Carolaine não esperava ser agredida, colhendo-a de surpresa.

Após o cometimento do crime, a denunciada Aline empreendeu fuga a bordo da motocicleta Honda/CG 125 Fan KS, placa MMK 6819, a qual era pilotada pela denunciada Solange, que lhe aguardava para dar fuga do local.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como se verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

